

# CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral  
Informação reportada ao  
segundo trimestre de 2019

43



ccdrc comissão de coordenação  
e desenvolvimento regional  
do centro



# 43

## Boletim trimestral

Informação reportada ao  
segundo trimestre de 2019

Editor

Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento  
Regional

Data de Edição

Setembro de 2019

ISSN

2182-6579

[boletimtrimestral@ccdr.pt](mailto:boletimtrimestral@ccdr.pt)

[www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)

Alguns da informação conjuntural encontra-se  
também em <http://datacentro.ccdrc.pt>

**DATACENTRO**  
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

# CENTRO de PORTUGAL

# ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 10 Desemprego Registado
- 12 Empresas
- 13 Comércio Internacional de Bens
- 16 Turismo
- 17 Construção e Habitação
- 20 Preços e Consumo Privado
- 22 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No segundo trimestre de 2019, o Produto Interno Bruto registou um aumento homólogo real de 1,8%, resultado do contributo positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional desceu para os 6,3%. O nível de preços aumentou 0,5% face ao trimestre homólogo, tendo desacelerado face aos trimestres anteriores. A confiança dos consumidores continuou a diminuir, enquanto o indicador de clima económico voltou a aumentar.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, assistiu-se novamente a uma redução do desemprego e a um aumento do emprego na Região Centro. Também a taxa de atividade cresceu ligeiramente, em termos homólogos. O salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem voltou a superar o registado no trimestre homólogo.

No setor empresarial da Região Centro, face ao período homólogo, observou-se um aumento das empresas constituídas e uma redução significativa das ações de insolvência. O peso do crédito vencido no total do crédito concedido continuou a diminuir, atingindo o valor mais baixo dos últimos sete anos. Já os empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro mantiveram-se em queda. No setor da construção, as obras concluídas evidenciaram uma evolução muito positiva na região, a avaliar pelos crescimentos homólogos expressivos em todos os indicadores. Já os edifícios licenciados diminuíram, o que já não sucedia há mais de um ano.

A atividade turística regional mostrou uma evolução muito positiva, evidenciada pelos crescimentos homólogos superiores à média nacional nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico. Nas relações comerciais da região com o mercado externo assistiu-se a uma contração homóloga real das saídas e das entradas de bens, contrariamente à evolução nacional. Relativamente ao consumo privado regional, quase todos os indicadores apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas. Já a taxa de inflação homóloga regional aumentou 0,5%, sendo este crescimento o mais baixo dos últimos três anos.

No PORTUGAL 2020, até 30 de junho de 2019, estavam aprovados 5,5 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 8,2 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER como o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados.

## ENQUADRAMENTO NACIONAL

**1,8%**

foi o crescimento  
homólogo real do  
PIB e

**6,3%**

a taxa de  
desemprego nacional

No segundo trimestre de 2019, o Produto Interno Bruto registou um aumento homólogo real de 1,8%, resultado do contributo positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional desceu para os 6,3%. O nível de preços aumentou 0,5% face ao trimestre homólogo, tendo desacelerado face aos trimestres anteriores. A confiança dos consumidores continuou a diminuir, enquanto o indicador de clima económico voltou a aumentar.

No segundo trimestre de 2019, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume aumentou 1,8% face ao trimestre homólogo<sup>1</sup>, taxa igual à do trimestre anterior.

A procura interna contribuiu positivamente para este crescimento, com um aumento de 2,3% na comparação homóloga, apesar de ter desacelerado face ao trimestre anterior, resultado do abrandamento do crescimento do investimento (cuja taxa de variação homóloga passou de 14,0% para 6,1% neste trimestre) e do consumo das famílias (ainda que mais ligeiro).

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	1,8	1,8	1,7	2,1	2,5	2,1	2,8
Procura interna	v. h. (%)	2,3	4,0	3,3	2,5	2,8	2,8	3,0
Consumo das famílias	v. h. (%)	1,9	2,4	2,9	2,4	2,9	2,6	2,4
Formação bruta de capital	v. h. (%)	6,1	14,0	7,4	4,5	4,6	5,5	9,2
Taxa de investimento	%	18,8	19,6	18,5	18,6	18,0	18,2	17,6
Exportações	v. h. (%)	2,0	3,7	0,6	2,9	6,8	3,7	7,8
Importações	v. h. (%)	3,1	8,1	3,8	3,5	7,3	4,9	8,1
VAB	v. h. (%)	1,4	1,7	1,3	1,6	2,1	1,7	2,4
Taxa de desemprego	%	6,3	6,8	6,7	6,7	6,7	7,0	8,9
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,5	0,8	0,8	1,4	1,0	1,0	1,4
Indicador de confiança dos consumidores	%	-9,0	-9,5	-6,2	-5,0	-4,0	-4,8	-5,0
Indicador de clima económico	%	2,4	2,5	2,6	2,6	2,4	2,5	2,3
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,124	1,136	1,141	1,163	1,192	1,181	1,129
	v. h. (%)	-5,7	-7,6	-3,1	-1,0	8,3	4,6	2,0

\* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume. USD - Dólar dos Estados Unidos EUR - Euro

A procura externa líquida voltou a registar um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB, mas menos intenso do que nos trimestres anteriores, refletindo uma desaceleração das importações em volume bastante superior à das exportações. De facto, as importações aumentaram 3,1% em termos homólogos reais (contra 8,1% no trimestre precedente), resultado sobretudo da desaceleração das importações de bens (as importações de serviços também abrandaram, mas de forma mais ligeira). As exportações de bens e serviços registaram uma variação homóloga real de 2,0% neste trimestre (após um crescimento homólogo de 3,7% no trimestre anterior), refletindo o abrandamento em ambas as componentes, mas principalmente no crescimento das exportações de serviços.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 1,4% em termos homólogos reais, o que representa uma variação de -0,3 pontos percentuais face ao trimestre anterior. Neste período, apenas os ramos da “agricultura, silvicultura e pesca” e da “indústria” registaram variações homólogas reais negativas (-1,8% e -1,0%, respetivamente), destacando-se o aumento homólogo real de 5,5% na “construção”.

<sup>1</sup> Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste. Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego nacional desceu para os 6,3%, atingindo o valor mais baixo da série. Face ao trimestre anterior, em que a taxa de desemprego tinha aumentado, ocorreu uma diminuição de 0,5 pontos percentuais. Estimavam-se 328,5 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo uma diminuição trimestral do desemprego de 25,1 mil pessoas e uma diminuição homóloga de 23,3 mil indivíduos.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, aumentou 0,5% na comparação homóloga, tendo, no entanto, desacelerado face aos trimestres anteriores. Das 12 classes de consumo, apenas duas registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, mais concretamente, “vestuário e calçado” (-3,3%) e “comunicações” (-2,5%). Nas restantes classes ocorreram aumentos homólogos, destacando-se, com os maiores crescimentos, as classes das “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,0%), dos “bens e serviços diversos” (1,8%) e dos “transportes” (1,7%).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores<sup>2</sup> do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, continuaram negativas. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico<sup>3</sup> do INE, aumentou ainda que ligeiramente menos do que nos três trimestres anteriores.

Por último, a taxa de câmbio<sup>4</sup> do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu 5,7% face ao trimestre homólogo, mantendo-se, assim, a tendência de depreciação do euro iniciada no terceiro trimestre de 2018, apesar de ligeiramente menos acentuada neste trimestre. Esta desvalorização do euro traduz-se num preço inferior para igual quantidade de bens exportados e num preço superior para igual quantidade de bens importados.

<sup>2</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

<sup>3</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

<sup>4</sup> A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional.

Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

## MERCADO DE TRABALHO

**4,7%**

foi a taxa de  
desemprego regional  
do trimestre e

**56,3%**

foi a taxa de emprego  
regional

No segundo trimestre de 2019, assistiu-se novamente a uma redução do desemprego e a um aumento do emprego na Região Centro. Também a taxa de atividade cresceu ligeiramente, em termos homólogos. A acompanhar esta melhoria do mercado de trabalho, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem foi superior ao registado no trimestre homólogo.

De acordo com os dados do inquérito ao emprego<sup>5</sup> do Instituto Nacional de Estatística, no segundo trimestre de 2019, a taxa de atividade da população em idade ativa<sup>6</sup> na Região Centro foi de 59,1%, tendo aumentado 0,2 p.p. face ao período homólogo. Esta taxa regional ficou ligeiramente abaixo da média nacional, que foi de 59,2% e, como habitual, a dos homens foi bastante superior à das mulheres (63,9% contra 54,8%).

Neste trimestre, a população ativa<sup>7</sup> da Região Centro ascendia a 1.145,9 mil indivíduos, registando uma quebra homóloga de 0,3% e mantendo a variação do trimestre anterior. Já os inativos<sup>8</sup> totalizavam 1.062,2 mil indivíduos, menos 1,1% do que no trimestre homólogo. Esta evolução deveu-se essencialmente ao decréscimo dos domésticos (-9,5%) e dos estudantes com 15 e mais anos (-6,7%), sendo contrariada, pela variação positiva dos reformados (1,0%).

<sup>5</sup> No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

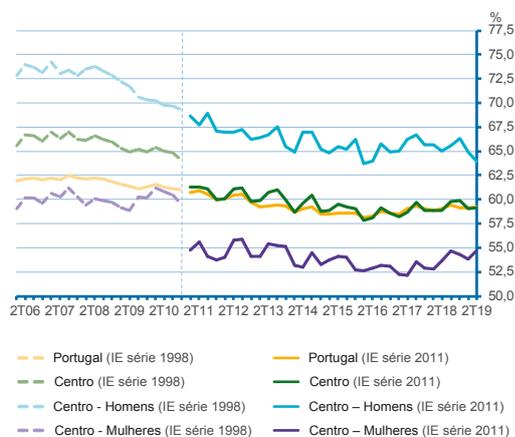
<sup>6</sup> A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

<sup>7</sup> Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

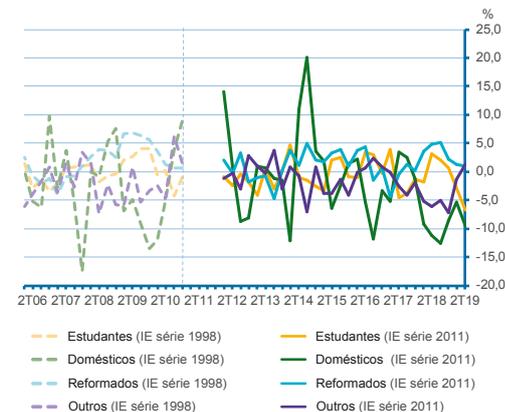
<sup>8</sup> A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

<sup>9</sup> A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho<sup>9</sup> (variação homóloga)



Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017
		média trimestral						
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	59,2	59,1	59,1	59,4	59,0	59,1	59,0
Centro	%	59,1	59,0	59,9	59,8	58,9	59,4	58,9
	v. h. (p.p.)	0,2	0,1	1,0	0,1	0,2	0,5	0,5
População ativa – Centro	milhares	1.145,9	1.145,5	1.167,0	1.165,3	1.149,2	1.157,6	1.152,7
	v. h. (%)	-0,3	-0,3	1,3	-0,3	0,0	0,4	0,5
População inativa – Centro	milhares	1.062,2	1.066,2	1.051,4	1.055,4	1.073,9	1.064,5	1.084,0
	v. h. (%)	-1,1	-1,0	-2,8	-1,1	-1,3	-1,8	-1,5
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	174,7	176,1	169,9	165,9	187,2	176,1	174,5
	v. h. (%)	-6,7	-2,9	0,7	2,0	3,1	0,9	-1,5
Domésticos	milhares	79,2	84,5	90,8	84,6	87,5	88,1	98,2
	v. h. (%)	-9,5	-5,4	-8,6	-12,6	-11,3	-10,3	-0,3
Reformados	milhares	397,2	388,7	384,8	398,2	393,4	390,1	375,4
	v. h. (%)	1,0	1,2	2,2	5,1	4,7	3,9	-0,9
Outros	milhares	411,1	416,9	405,9	406,7	405,9	410,3	436
	v. h. (%)	1,3	-1,3	-7,2	-5,1	-6,1	-5,9	-2,2

A taxa de emprego<sup>10</sup> da Região Centro, no segundo trimestre de 2019, foi de 56,3%, traduzindo um crescimento de 0,5 p.p. face a igual período do ano anterior. Esta taxa regional manteve-se superior à média nacional, que foi de 55,5%.

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.091,8 mil indivíduos, o que representou um aumento de 0,3% face ao mesmo período do ano anterior. Destacam-se, pelo seu contributo positivo mais significativo para a variação da população empregada, o aumento dos empregados dos 15 aos 24 anos (22,1%), do emprego no setor terciário, que registou um acréscimo de 5,5% e do emprego feminino que cresceu 2,1%. Em sentido contrário, é de salientar a contração homóloga de 19,5% registada no emprego do setor primário, que interrompeu três trimestres consecutivos de acréscimos homólogos.

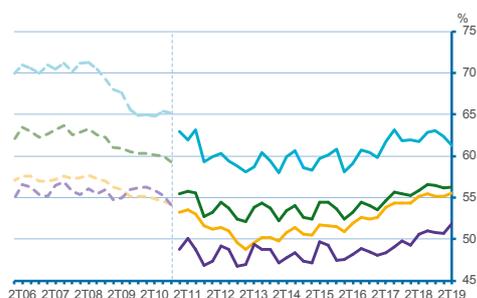
O aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 1,4% em termos homólogos. Este crescimento foi mais expressivo nos trabalhadores que possuem o ensino secundário ou pós-secundário como habilitação, nos que desempenham as suas funções a tempo parcial e nos contratados sem termo.

Já os trabalhadores por conta própria diminuíram 4,7% face ao período homólogo, infletindo o comportamento positivo verificado nos dois trimestres anteriores, que havia interrompido seis trimestres de quebras sucessivas. Esta evolução homóloga resultou da variação negativa ocorrida nos trabalhadores isolados (-6,6%) e foi contrariada pela variação positiva nos empregadores (0,9%).

<sup>10</sup> A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

<sup>11</sup> Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



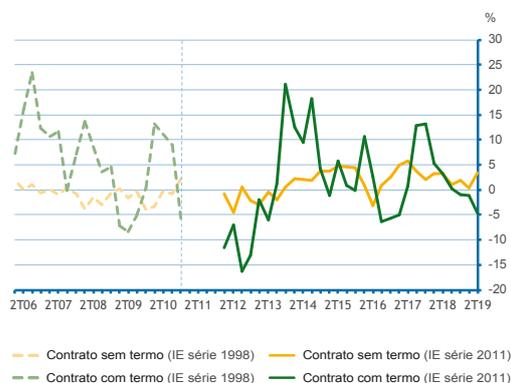
— Portugal (IE série 1998) — Portugal (IE série 2011)  
 — Centro (IE série 1998) — Centro (IE série 2011)  
 — Centro - Homens (IE série 1998) — Centro - Homens (IE série 2011)  
 — Centro - Mulheres (IE série 1998) — Centro - Mulheres (IE série 2011)

População empregada no Centro por situação na profissão<sup>11</sup> (variação homóloga)

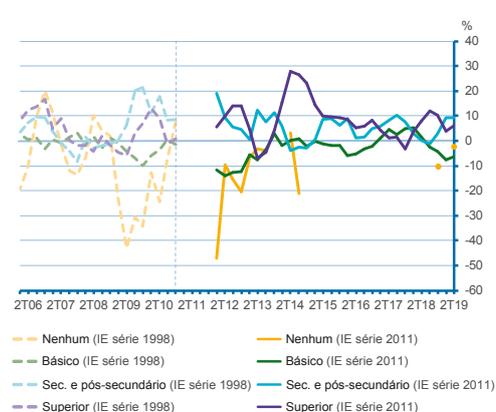


— Trab. conta outrem (IE série 1998) — Trab. conta outrem (IE série 2011)  
 — Trab. conta própria (IE série 1998) — Trab. conta própria (IE série 2011)

População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)<sup>12</sup>



Quadro 3 – Emprego		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017	
		média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	55,5	55,1	55,1	55,4	55,1	55,0	53,7	
Centro	%	56,3	56,1	56,5	56,6	55,8	56,0	54,8	
	v. h. (p.p.)	0,5	0,9	1,1	1,0	1,2	1,2	1,3	
População empregada – Centro		milhares	1.091,8	1.089,7	1.101,0	1.102,4	1.088,7	1.092,3	1.073,0
	v. h. (%)	0,3	1,2	1,6	1,2	1,8	1,8	2,1	
Homens	v. h. (%)	-1,4	0,0	1,4	-1,0	-0,5	0,7	3,3	
Mulheres	v. h. (%)	2,1	2,4	1,8	3,7	4,4	3,0	0,7	
15 - 24 anos	v. h. (%)	22,1	10,3	-7,4	6,6	-5,0	0,3	9,5	
25 - 44 anos	v. h. (%)	0,1	-0,3	-0,5	-1,7	-0,8	-0,8	-1,0	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-1,6	1,5	4,4	3,0	4,8	4,3	4,2	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-19,5	1,2	2,8	2,8	-3,1	-2,7	-4,2	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-3,0	-4,9	-3,9	-5,8	-1,8	-1,6	4,8	
Serviços	v. h. (%)	5,5	4,0	4,0	4,4	4,6	4,3	2,1	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	871,0	857,3	871,8	868,6	858,7	863,3	842,4
	v. h. (%)	1,4	0,4	1,6	1,7	2,9	2,5	3,8	
Contratos sem termo	v. h. (%)	3,4	0,3	1,9	1,1	3,3	2,4	4,1	
Contratos com termo	v. h. (%)	-4,6	-1,2	-1,0	0,2	3,2	1,8	5,2	
Tempo completo	v. h. (%)	1,1	1,0	2,3	1,6	3,6	2,9	4,2	
Tempo parcial	v. h. (%)	6,7	-6,8	-7,0	2,4	-5,9	-2,9	-0,5	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	-2,6	§	-10,1	§	§	-6,6	-5,0	
Básico	v. h. (%)	-6,3	-7,5	-4,4	-2,6	1,4	-0,2	3,3	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	9,2	9,1	3,0	-1,2	0,2	1,1	8,0	
Superior	v. h. (%)	6,1	3,9	10,4	12,1	7,9	8,6	0,8	
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	215,2	223,5	222,7	226,5	225,9	223,5	225,7
	v. h. (%)	-4,7	2,1	0,9	-1,4	-2,0	-1,0	-2,2	
Isolados	v. h. (%)	-6,6	3,2	0,2	-1,4	-2,7	-1,4	-3,2	
Empregadores	v. h. (%)	0,9	-0,9	2,5	-1,6	0,6	0,0	1,5	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

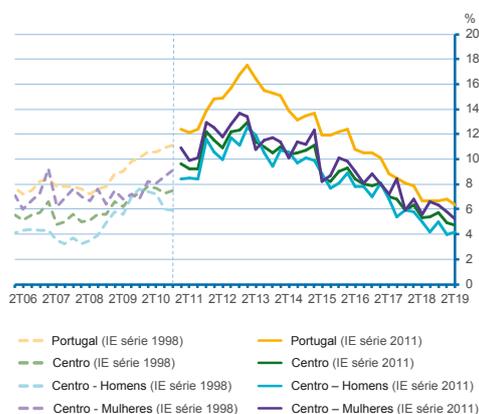
<sup>12</sup> Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

A taxa de desemprego<sup>13</sup> regional foi de 4,7%, no segundo trimestre de 2019, traduzindo uma diminuição de 0,6 p.p. face ao trimestre homólogo e de 0,2 p.p. face ao trimestre precedente. Este valor foi novamente o mais baixo das sete regiões portuguesas e manteve-se inferior à média nacional, que foi de 6,3%. A taxa de desemprego das mulheres manteve-se superior à dos homens (5,2% contra 4,2%).

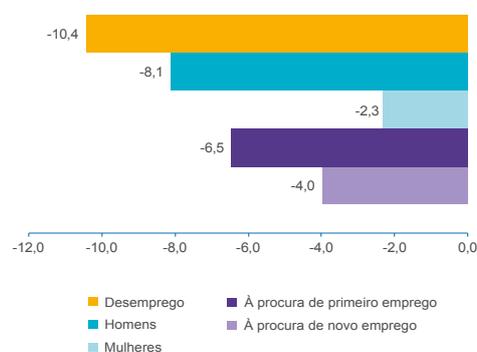
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 54,1 mil indivíduos, menos 10,4% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, apenas os desempregados com 45 ou mais anos observaram um aumento homólogo. Todas as restantes categorias registaram diminuições homólogas, tendo as mais expressivas ocorrido nos desempregados à procura do primeiro emprego (-50,6%), nos desempregados há 12 ou mais meses (-18,9%) e nos homens desempregados (-16,7%).

<sup>13</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no segundo trimestre de 2019 (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017	
		média trimestral							
Taxa de desemprego									
Portugal	%	6,3	6,8	6,7	6,7	6,7	7,0	8,9	
Centro	%	4,7	4,9	5,7	5,4	5,3	5,6	6,9	
	v. h. (p.p.)	-0,6	-1,4	-0,2	-1,4	-1,7	-1,3	-1,5	
Homens	%	4,2	4,0	5,0	4,2	5,0	5,0	6,5	
Mulheres	%	5,2	5,8	6,3	6,6	5,6	6,3	7,4	
15 - 24 anos	%	§	12,1	20,4	18,2	20,4	18,9	20,8	
25 - 44 anos	%	§	5,6	6,2	5,8	5,9	6,3	6,9	
45 anos ou mais	%	3,5	3,3	3,2	3,3	3,1	3,4	5,1	
População desempregada – Centro		milhares	54,1	55,8	66,0	63,0	60,4	65,3	79,8
	v. h. (%)	-10,4	-22,4	-2,2	-20,7	-24,6	-18,2	-16,9	
Homens	v. h. (%)	-16,7	-31,2	-13,6	-23,1	-28,6	-24,1	-15,5	
Mulheres	v. h. (%)	-4,5	-14,2	10,2	-18,9	-20,5	-12,2	-18,4	
15 - 24 anos	v. h. (%)	x	-23,9	32,0	-11,1	-8,3	-10,8	-21,4	
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	-25,0	2,7	-10,3	-21,0	-10,0	-17,5	
45 anos ou mais	v. h. (%)	13,4	-17,4	-24,6	-37,0	-37,4	-31,7	-13,2	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-50,6	-18,4	33,3	-11,1	-2,5	2,3	-30,6	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-4,6	-22,9	-6,9	-22,2	-27,0	-20,6	-14,8	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-1,0	13,0	3,5	-15,0	-30,2	-19,2	2,6	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-18,9	-47,8	-8,1	-26,1	-18,7	-17,1	-29,9	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado  
x: Não disponível

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 855 euros, representando um crescimento homólogo real de 1,9% e dando continuidade à evolução positiva observada desde o final de 2014, que apenas foi interrompida nos dois primeiros trimestres de 2017. De salientar que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que conheceu novamente uma variação homóloga real de 2,2%, atingindo, neste trimestre um novo máximo histórico (911 euros).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017	
								média trimestral	
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)									
Portugal	€	911	902	896	891	887	888	856	
	v. h. real (%)	2,2	2,2	2,7	2,1	3,2	2,7	0,6	
Centro	€	855	849	846	850	835	838	805	
	v. h. real (%)	1,9	2,8	3,5	3,1	2,8	3,1	-0,6	

## DESEMPREGO REGISTRADO

**-10,7%**

*desempregados registados nos centros de emprego regionais do que no trimestre homólogo e*

No segundo trimestre de 2019, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao mesmo período do ano anterior, atingindo-se um mínimo histórico. Também os novos desempregados mantiveram a tendência de quebra, observada há quatro anos consecutivos. Consequentemente, as colocações realizadas pelo IEFP diminuíram face ao trimestre homólogo.

**87**

*colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais*

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro 54,6 mil desempregados, atingindo-se, neste trimestre, um mínimo histórico. Esta evolução regional traduziu-se numa diminuição homóloga de 10,7%, dando continuidade à tendência de contrações homólogas sucessivas que se verificam há mais de cinco anos.

Para tal contribuiu a contração homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-3,5%), que manteve a tendência de quebra, verificada há quatro anos seguidos. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 254 novos desempregados (menos nove do que em igual período do ano anterior).

As colocações efetuadas pelo IEFP também registaram, neste trimestre, uma ligeira redução homóloga de 0,4%, mantendo a mesma variação do trimestre anterior. Em termos médios, ocorreram cerca de 87 colocações por dia, aproximadamente o mesmo número do que em igual trimestre do ano anterior.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	54,6	59,3	57,5	59,0	61,1	61,5	75,1
	v. h. (%)	-10,7	-13,5	-16,6	-19,2	-18,8	-18,1	-17,6
Novos desempregados**	milhares	22,8	26,8	28,0	28,4	23,7	26,8	28,7
	v. h. (%)	-3,5	-0,8	-2,5	-6,2	-3,1	-6,5	-11,6
Colocações do IEFP**	milhares	7,9	8,1	7,0	8,3	7,9	7,8	7,9
	v. h. (%)	-0,4	-0,4	10,0	-4,5	-6,0	-0,5	-12,9

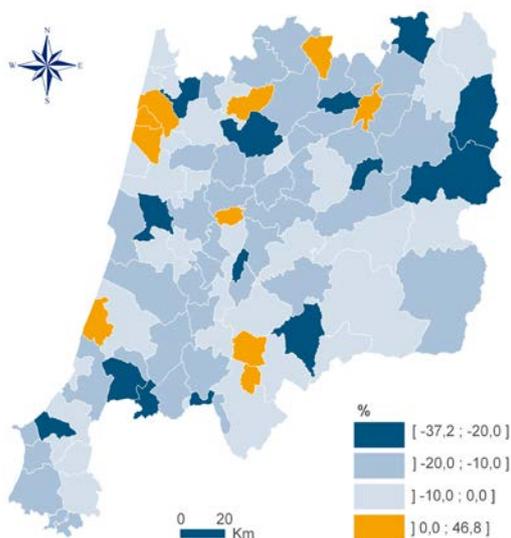
\* valores médios trimestrais  
\*\*soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

<sup>14</sup> O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma:  $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100}$ , sendo determinado município e <sub>RC</sub> a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2018.

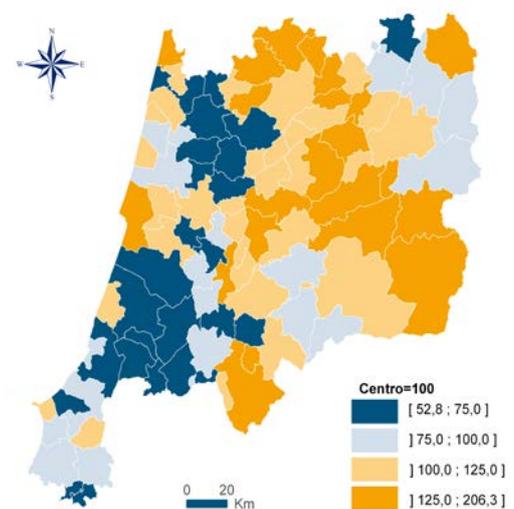
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em 10 municípios ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se com os maiores crescimentos homólogos, Vila de Rei (46,8%), Vila Nova de Paiva (15,2%), Marinha Grande (12,7%) e Fornos de Algodres (7,1%). Nos restantes 90 municípios, o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas significativas reduções homólogas, Manteigas (-37,2%), Castanheira de Pera (-35,2%), Alcanena (-34,3%), Vila Nova da Barquinha (-29,5%) e Meda (-26,8%).

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 47 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade<sup>14</sup> inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ourém (52,8), Batalha (52,9), Meda (56,9) e Alcanena (58,4). Dos 53 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Idanha-a-Nova (206,3), Castro Daire (191,6) e Penamacor (171,1).

Varição homóloga do desemprego registado por município no segundo trimestre de 2019



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2019<sup>14</sup>



## EMPRESAS

**-23,4%**

foi a diminuição homóloga das ações de insolvência na região e

**8,5%**

foi o valor mais baixo do crédito vencido nos últimos sete anos

No segundo trimestre de 2019, assistiu-se a um aumento das empresas constituídas e a uma redução significativa das ações de insolvência, face ao período homólogo, na Região Centro e em Portugal. O peso do crédito vencido no total do crédito concedido continuou a diminuir, atingindo o valor mais baixo dos últimos sete anos. Também os empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro mantiveram-se em queda.

Neste trimestre, foram constituídas 1.708 empresas na Região Centro, o que correspondeu a um aumento de 3,5% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional superou o crescimento homólogo do número de constituições ocorridas a nível nacional (2,7%). Em termos médios, foram criadas, aproximadamente, 19 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 128 novas empresas criadas diariamente no país.

Na região registaram-se 268 ações de insolvência<sup>15</sup> neste trimestre, o que se traduziu numa expressiva diminuição homóloga de 23,4%, ligeiramente inferior à variação nacional (-24,9%). Esta redução das insolvências dá continuidade à tendência de quebra observada há 10 trimestres e apenas interrompida nos últimos três trimestres de 2018. Em Portugal ocorreram cerca de 16 ações de insolvência, em média, por dia, das quais aproximadamente três foram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras mantiveram a tendência negativa observada há nove anos consecutivos. Ainda assim, a evolução homóloga real na região foi de -3,4%, enquanto a média nacional se situou nos -5,0%.

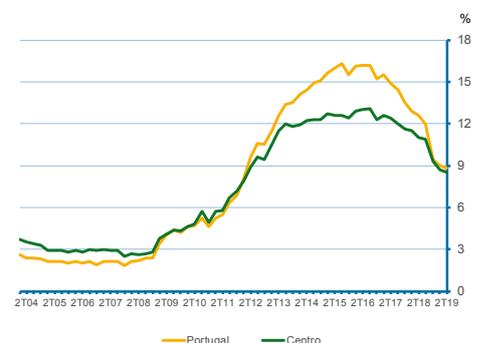
O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, diminuiu em relação ao trimestre homólogo (-2,5 pontos percentuais), tornando-se no valor mais baixo registado nos últimos sete anos. Deste modo, no segundo trimestre de 2019, este indicador fixou-se nos 8,5% na região, ficando ligeiramente abaixo da média do país (8,8%).

<sup>15</sup> A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017	
								média trimestral	
<b>Empresas constituídas</b>									
Portugal	número	11.524	15.754	11.232	9.501	11.219	11.331	10.126	
	v. h. (%)	2,7	17,8	14,6	4,9	15,6	11,9	10,0	
Centro	número	1.708	2.521	1.583	1.361	1.651	1.648	1.539	
	v. h. (%)	3,5	26,4	19,1	-5,3	7,1	7,0	3,5	
<b>Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras</b>									
Portugal	milhões €	68.908	68.755	69.071	71.798	72.179	71.563	74.305	
	v. h. real (%)	-5,0	-6,8	-5,6	-4,3	-4,5	-4,6	-7,5	
Centro	milhões €	13.455	13.270	13.186	13.859	13.862	13.714	13.833	
	v. h. real (%)	-3,4	-5,6	-2,7	-1,3	-1,8	-1,8	-5,8	
<b>Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)</b>									
Portugal	%	8,8	9,0	9,4	12,0	12,6	11,7	14,6	
Centro	%	8,5	8,7	9,3	10,9	11,0	10,7	12,2	
<b>Ações de insolvência</b>									
Portugal	número	1.443	1.530	1.726	1.233	1.922	1.652	1.660	
	v. h. (%)	-24,9	-11,5	1,8	16,5	10,0	-0,5	-14,7	
Centro	número	268	274	314	233	350	304	291	
	v. h. (%)	-23,4	-14,4	2,3	21,4	16,7	4,6	-23,8	

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

**-3,1%**

foi a diminuição  
homóloga real das  
saídas de bens da  
região e

No segundo trimestre de 2019, na Região Centro, assistiu-se a uma contração homóloga real das saídas e das entradas de bens, contrariamente ao que aconteceu a nível nacional. A diminuição das saídas foi mais significativa no mercado extracomunitário, enquanto que a redução das entradas teve apenas o contributo expressivo do mercado intracomunitário.

**-4,3%**

foi a diminuição  
homóloga real das  
entradas de bens na  
região

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, uma contração homóloga real<sup>16</sup> de -3,1%, contrariando o total de saídas do país (que cresceram 0,6%, em termos homólogos reais) e invertendo a evolução positiva observada desde o início de 2018, que apenas havia sido interrompida no terceiro trimestre desse ano. Esta evolução regional foi explicada pelas diminuições homólogas das saídas para ambos os mercados.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais<sup>17</sup> da Região Centro, verificou-se que a secção XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” foi a que contribuiu mais significativamente (-2,30%) para a variação homóloga regional negativa de 3,1%. Também com contributos negativos destacam-se as secções VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” e XIII “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” que, em conjunto, contribuíram em -1,36 p.p. para a variação regional observada no trimestre. Por contraste, quatro das secções analisadas contrariaram a evolução negativa registada na região, tendo o aumento mais expressivo ocorrido na secção XVII “material de transporte” (0,75%).

<sup>16</sup> As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

<sup>17</sup> Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância superior a 93% e 92% do total das saídas e entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017	
								média trimestral	
<b>Saídas de bens</b>									
Portugal	milhões €	15.361,3	15.022,0	14.338,8	14.023,8	15.173,5	14.451,6	13.754,5	
	v. h. real (%)	0,6	5,0	-0,2	2,6	8,8	3,1	6,4	
Intracomunitárias	milhões €	11.765,6	11.762,0	10.929,9	10.519,1	11.537,0	10.999,9	10.197,7	
	v. h. real (%)	1,4	6,5	2,9	4,8	11,0	5,8	5,0	
Extracomunitárias	milhões €	3.595,7	3.260,0	3.408,8	3.504,7	3.636,5	3.451,7	3.556,8	
	v. h. real (%)	-1,7	-0,2	-8,8	-3,5	2,3	-4,8	10,6	
Centro	milhões €	2.913,8	2.898,1	2.870,4	2.623,7	2.987,0	2.817,6	2.695,3	
	v. h. real (%)	-3,1	3,6	3,5	-0,7	6,7	2,5	-5,9	
Intracomunitárias	milhões €	2.366,4	2.328,1	2.253,1	2.072,0	2.424,2	2.252,5	2.138,5	
	v. h. real (%)	-3,0	2,7	3,0	-0,2	8,4	3,3	-4,2	
Extracomunitárias	milhões €	547,4	570,0	617,3	551,7	562,8	565,1	556,9	
	v. h. real (%)	-3,3	7,5	5,5	-2,3	-0,3	-0,4	-12,0	
<b>Entradas de bens</b>									
Portugal	milhões €	20.630,6	20.018,2	19.631,7	18.322,3	19.426,7	18.841,0	17.422,1	
	v. h. real (%)	5,0	11,6	5,4	3,0	7,5	5,5	8,8	
Intracomunitárias	milhões €	15.727,4	15.247,1	15.201,8	13.449,8	14.618,3	14.278,3	13.298,5	
	v. h. real (%)	6,4	10,4	5,4	-0,5	7,1	4,7	6,6	
Extracomunitárias	milhões €	4.903,2	4.771,1	4.429,9	4.872,5	4.808,4	4.562,6	4.123,7	
	v. h. real (%)	0,8	15,5	5,4	13,9	8,6	7,9	16,2	
Centro	milhões €	2.628,2	2.525,1	2.499,6	2.332,9	2.714,1	2.497,0	2.314,3	
	v. h. real (%)	-4,3	3,6	3,3	0,0	10,8	5,2	8,6	
Intracomunitárias	milhões €	2.058,9	2.045,3	2.029,2	1.866,9	2.185,8	2.027,3	1.909,1	
	v. h. real (%)	-6,9	1,1	0,5	-1,7	7,5	3,6	7,7	
Extracomunitárias	milhões €	569,3	479,7	470,3	466,0	528,4	469,7	405,2	
	v. h. real (%)	6,5	16,1	17,2	7,7	27,1	13,1	13,0	

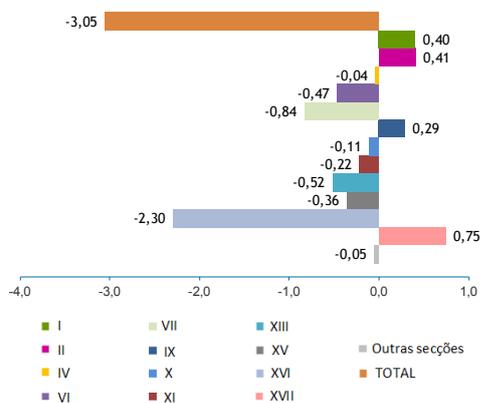
\*Os valores de 2017 são definitivos, os de 2018 provisórios e os de 2019 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

<sup>18</sup> Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 69% e 73% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

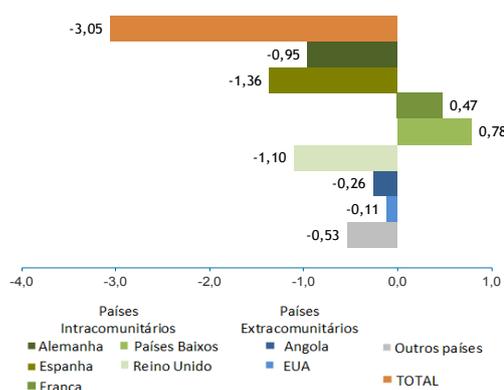
Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais<sup>18</sup> da Região Centro, constatou-se que foram três países do mercado intracomunitário (Espanha, Reino Unido e Alemanha) que mais justificaram a variação homóloga regional de -3,1%. Estes países, no conjunto, contribuíram negativamente em 3,41 p.p. para a variação total. A contrariar esta evolução regional negativa encontramos os Países Baixos e a França.

**Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no segundo trimestre de 2019 (%)**

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada<sup>17</sup>



Contributos dos países<sup>18</sup>



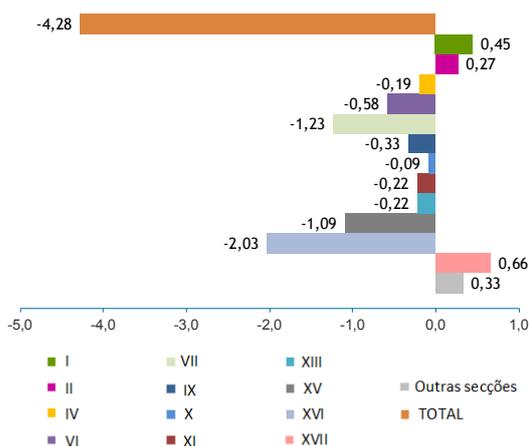
As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior uma diminuição real de -4,3%, contrariando o total nacional que cresceu 5,0% e infletindo mais de quatro anos de crescimentos sucessivos. Esta evolução decorreu da significativa contração homóloga observada nas entradas de bens provenientes dos países da União Europeia (-6,9%), sendo contrariada pelo aumento das entradas de bens do mercado extracomunitário (6,5%).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a grande maioria desses grupos contribuíram para a variação homóloga real negativa das entradas de bens, com destaque para as secções XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (-2,03%), VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-1,23%) e XV “metais comuns e suas obras” (-1,09%). Apenas três das secções analisadas contrariaram a evolução negativa registada na região: XVII “material de transporte” (0,66%), I “animais vivos e produtos do reino animal” (0,45%) e II “produtos do reino vegetal” (0,27%).

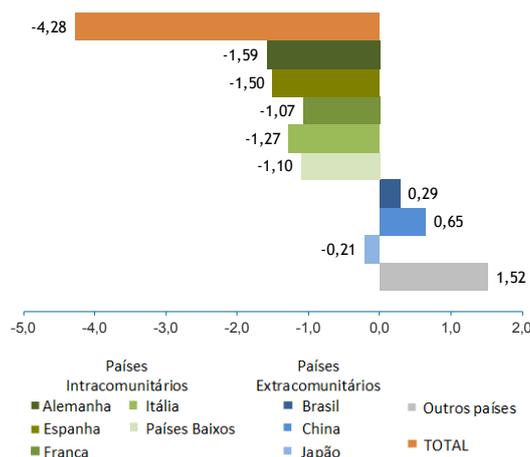
No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que todos os países do mercado intracomunitário contribuíram expressivamente para a redução homóloga regional de -4,3%. Os contributos negativos mais significativos ocorreram na Alemanha e na Espanha (que conjuntamente justificaram em -3,09 p.p. a variação total). Dos países com relevo no mercado extracomunitário, apenas o Japão explicou em -0,21% a variação regional registada no trimestre.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no segundo trimestre de 2019 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada<sup>17</sup>



Contributos dos países<sup>18</sup>



## TURISMO

**10,8%**

foi o aumento homólogo dos hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico da região e

**10,9%**

o crescimento homólogo real dos proveitos desses estabelecimentos

No segundo trimestre de 2019, o setor do turismo na região mostrou uma evolução muito positiva, evidenciada pelos crescimentos homólogos, superiores à média nacional, nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico.

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico<sup>19</sup> acolheram mais hóspedes do que em igual período do ano anterior. Na Região Centro, o crescimento homólogo (10,8%) foi mais expressivo do que o da média nacional (8,9%), dando continuidade à evolução positiva verificada desde o terceiro trimestre de 2018. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, o crescimento nos hóspedes foi de 8,9%.

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram um aumento face ao período homólogo (10,0%), acima da média do país que aumentou em 6,2%.

Quadro 9 – Turismo		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	7.620	4.503	5.371	8.518	6.995	6.289	5.971
	v. h. (%)	8,9	5,4	6,1	4,4	2,7	5,3	x
Centro	milhares	1.138	676	853	1.352	1.028	974	951
	v. h. (%)	10,8	1,9	4,3	0,5	-2,2	2,4	x
Hotelaria	milhares	905	538	686	1.044	831	773	752
	v. h. (%)	8,9	1,2	4,6	0,7	-1,3	2,8	x
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	19.566	10.963	13.299	24.610	18.420	16.769	16.241
	v. h. (%)	6,2	2,0	4,5	2,3	0,0	3,2	x
Centro	milhares	1.902	1.074	1.425	2.555	1.728	1.694	1.691
	v. h. (%)	10,0	0,4	2,1	-2,4	-5,4	0,2	x
Hotelaria	milhares	1.503	840	1.134	1.970	1.387	1.335	1.332
	v. h. (%)	8,4	-1,1	2,9	-2,5	-5,5	0,3	x
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	1.197.383	584.551	764.187	1.566.071	1.100.196	996.638	920.302
	v. h. real (%)	8,3	4,3	5,7	4,7	8,0	7,2	x
Centro	milhares €	92.483	53.112	71.224	127.435	82.982	83.198	79.077
	v. h. real (%)	10,9	3,1	4,0	3,0	-1,2	4,2	x
Hotelaria	milhares	75.744	43.360	59.022	101.702	69.021	68.022	64.474
	v. h. real (%)	9,2	1,6	4,3	2,9	-0,8	4,5	x
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,6	2,4	2,5	2,9	2,6	2,7	2,7
Centro	n.º noites	1,7	1,6	1,7	1,9	1,7	1,7	1,8

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2019 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares. x: Não disponível

<sup>19</sup> O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

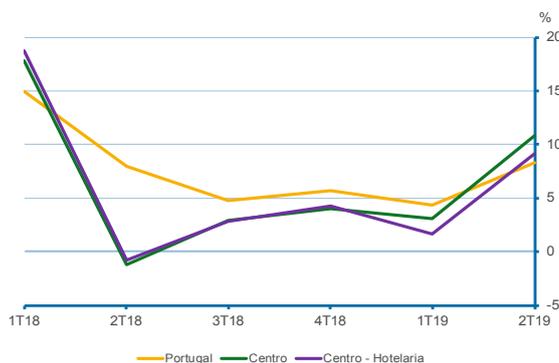
Os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram um crescimento homólogo real na região e no país, de 10,9% e 8,3%, respetivamente. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu o aumento homólogo real dos proveitos de aposento que cresceram 11,3% e que representavam, neste trimestre, cerca de 70% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

A estada média na Região Centro e em Portugal cifrou-se em 1,7 e 2,6 noites, respetivamente, mantendo-se inalterada face ao período homólogo, mas aumentando relativamente ao trimestre anterior.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico  
(variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico  
(variação homóloga real)



## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

**22,7%**

foi o crescimento homólogo dos edifícios concluídos na região e

No segundo trimestre de 2019, as obras concluídas evidenciaram uma evolução muito positiva na região e no país, a avaliar pelos crescimentos homólogos expressivos em todos os indicadores. Já os edifícios licenciados diminuíram, o que já não sucedia há mais de um ano. Das variáveis relativas ao crédito à habitação, destaca-se novamente a evolução favorável do crédito vencido.

**-24,1%**

a diminuição homóloga real regional do crédito à habitação vencido

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.562 edifícios, o que se traduziu num decréscimo homólogo de 3,9%. Esta variação, acompanhou a média nacional, em que os edifícios licenciados diminuíram 1,1%, o que já não sucedia há mais de um ano. Os restantes indicadores do licenciamento também apresentaram uma evolução negativa. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de construções novas na região diminuiu 4,0% e o licenciamento de novos fogos para habitação familiar contraiu-se 6,4%.

Os edifícios concluídos aumentaram 22,7%, na região, face a igual período do ano anterior, dando continuidade à evolução positiva iniciada no ano de 2017. Este crescimento deveu-se ao significativo acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (18,8%). Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar tiveram um aumento muito expressivo de 27,2%, em termos homólogos. Em termos nacionais manteve-se a evolução positiva significativa observada nos trimestres anteriores, com os edifícios concluídos a registar um crescimento homólogo de 19,4%.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação mantiveram-se em queda no segundo trimestre de 2019, tendo sido observada uma variação homóloga real de -0,9% na região e de -1,3% no país. O crédito à habitação vencido na região continuou a diminuir expressivamente (-24,1%), em termos homólogos reais, acompanhando a evolução nacional (-24,8%) e mantendo a tendência de quebras registadas há mais de dois anos. Já o peso do crédito vencido no total do crédito à habitação concedido diminuiu 6 p.p. na região e no país, cifrando-se, nos valores de 1,9% e 2,1%, respetivamente.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 7,1% em termos homólogos reais, situando-se próxima da média nacional, que cresceu 7,0%. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 1.034,7 euros (aproximadamente mais 73 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Esta evolução regional traduz o maior valor da avaliação bancária da última década. Em todas as sub-regiões da Região Centro o valor médio da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogas reais mais significativas Viseu Dão-Lafões (9,0%), a Região de Leiria (8,1%), o Oeste (8,0%) e o Médio Tejo (7,7%).

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017	
								média trimestral	
<b>Edifícios licenciados*</b>									
Portugal	número	5.701	6.051	5.682	5.405	5.762	5.568	4.651	
	v. h. (%)	-1,1	11,6	31,1	19,7	21,8	19,7	11,3	
Centro	número	1.562	1.617	1.566	1.609	1.626	1.567	1.331	
	v. h. (%)	-3,9	10,3	31,8	20,5	18,8	17,7	7,9	
Construções novas	número	1.068	1.112	1.006	1.054	1.112	1.047	909	
	v. h. (%)	-4,0	9,3	21,9	14,9	17,3	15,2	13,6	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-6,4	11,5	48,0	11,5	57,3	31,7	18,7	
	<b>Edifícios concluídos* **</b>								
Portugal	número	3.875	3.715	3.723	3.498	3.245	3.371	2.833	
	v. h. (%)	19,4	23,1	34,3	24,8	11,8	19,0	7,1	
Centro	número	1.129	1.089	1.056	1.028	920	976	844	
	v. h. (%)	22,7	20,9	39,3	20,1	5,9	15,7	2,1	
Construções novas	número	808	810	770	763	680	720	616	
	v. h. (%)	18,8	21,4	38,7	23,3	8,5	16,9	6,1	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	27,2	1,2	31,4	65,9	13,4	28,0	13,1	
	<b>Empréstimos concedidos para habitação</b>								
Portugal	v. h. real (%)	-1,3	-1,9	-2,1	-2,3	-2,2	-2,2	-3,9	
	v. h. real (%)	-0,9	-1,5	-1,6	-1,7	-1,7	-1,7	-3,4	
Centro	v. h. real (%)	-24,8	-26,2	-24,3	-12,4	-8,7	-12,2	-7,4	
	v. h. real (%)	-24,1	-25,0	-24,1	-11,5	-7,6	-11,3	-5,6	
<b>Crédito à habitação vencido***</b>									
Portugal	v. h. real (%)	-24,8	-26,2	-24,3	-12,4	-8,7	-12,2	-7,4	
	v. h. real (%)	-24,1	-25,0	-24,1	-11,5	-7,6	-11,3	-5,6	
<b>Avaliação bancária da habitação</b>									
Portugal	€/m <sup>2</sup>	1.264,3	1.237,3	1.215,7	1.196,0	1.175,7	1.186,8	1.122,0	
	v. h. real (%)	7,0	5,9	5,3	4,9	4,8	4,7	3,7	
Centro	€/m <sup>2</sup>	1.034,7	1.007,7	1.002,0	986,3	961,3	977,2	927,0	
	v. h. real (%)	7,1	4,3	4,1	4,2	4,0	4,4	4,5	

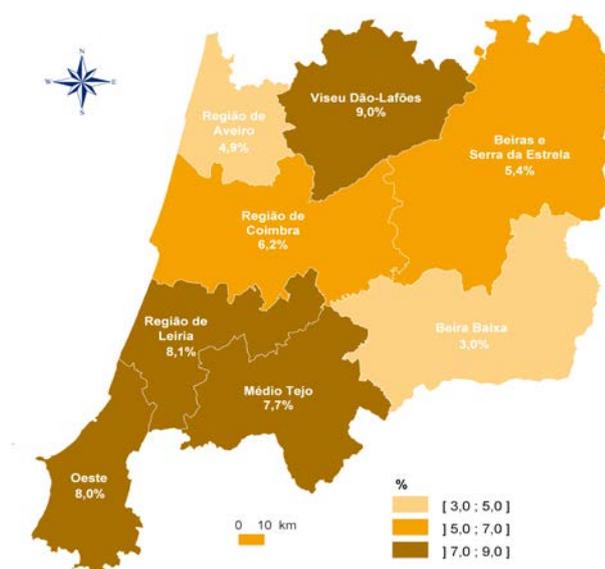
\* O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

\*\* A informação para os anos de 2017, 2018 e 2019 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

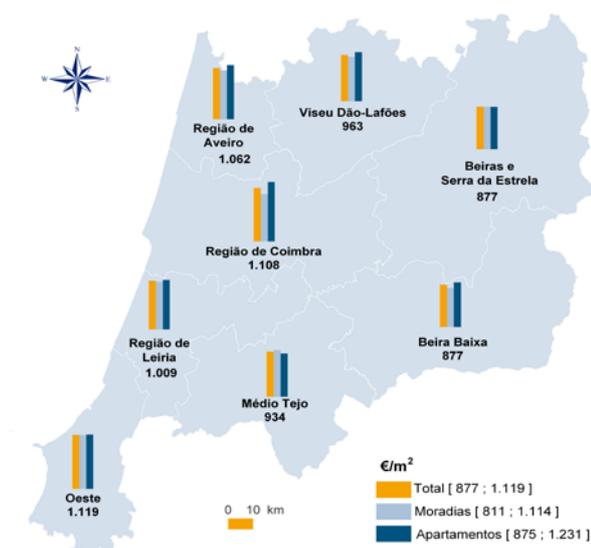
\*\*\* Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Ambas as tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 8,0% no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 6,5% nas moradias. O Oeste foi pela primeira vez, desde 2014, a sub-região com a avaliação mais elevada (1.119€/m<sup>2</sup>) e continuou a evidenciar a valorização mais alta nas moradias (1.114€/m<sup>2</sup>). A Região de Coimbra foi, como habitual, a sub-região onde os apartamentos eram mais valorizados (1.231€/m<sup>2</sup>), enquanto a valorização menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (875€/m<sup>2</sup>). Esta sub-região, a par da Beira Baixa, foram as menos valorizadas em termos médios globais (877€/m<sup>2</sup>). Já as moradias apresentaram a avaliação mais baixa na Beira Baixa (811€/m<sup>2</sup>).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2019



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2019



## PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

**0,5%**

foi a taxa de inflação homóloga regional, a mais baixa dos últimos três anos e

**6,2%**

o peso regional do crédito vencido para consumo e outros fins

Neste trimestre, o Índice de Preços no Consumidor continuou a aumentar na Região Centro e em Portugal, face ao período homólogo, porém o seu crescimento foi o mais baixo dos últimos três anos. No que respeita ao consumo privado, quase todos os indicadores apresentaram evoluções positivas.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registou um aumento de 0,5%, face a igual período do ano anterior. No entanto, este crescimento regional igualou o da média nacional e foi o mais baixo dos últimos três anos. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou este crescimento dos preços, destacando-se com os aumentos mais expressivos os “transportes” (2,3%), os “bens e serviços diversos” (2,1%) e as “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,0%). Apenas um terço das classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: as “comunicações” (-2,4%), o “vestuário e calçado” (-2,1%), os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-1,2%) e os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (-0,2%).

Quadro 11 – Preços		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	0,5	0,8	0,8	1,4	1,0	1,0	1,4
Centro	v. h. (%)	0,5	0,9	1,0	1,5	0,9	1,1	1,1
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	-0,2	0,9	0,2	0,9	1,1	0,7	1,5
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,0	2,1	2,5	2,5	2,3	2,3	2,4
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,1	-1,2	-2,8	-3,4	-2,9	-3,0	-1,8
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	0,1	-0,1	2,7	3,0	2,1	2,3	0,7
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-1,2	-0,9	-0,5	-0,2	-0,5	-0,5	-0,8
Saúde	v. h. (%)	1,0	1,2	1,1	1,2	1,3	1,2	0,3
Transportes	v. h. (%)	2,3	2,2	3,3	3,7	2,7	2,8	3,2
Comunicações	v. h. (%)	-2,4	0,2	0,3	0,4	0,6	0,5	2,8
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,2	-0,4	-0,4	0,3	-0,4	0,0	1,2
Educação	v. h. (%)	1,2	1,2	1,1	1,6	1,6	1,5	1,1
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,4	1,4	1,4	3,1	1,5	2,2	1,9
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	2,1	2,0	1,5	0,8	0,4	0,9	0,7

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado continuou a assistir-se, no segundo trimestre de 2019, na região e no país, ao aumento homólogo real das compras em terminais de pagamento automático, dos pagamentos e dos levantamentos em caixas multibanco. As receitas de cinema registaram um significativo aumento homólogo real tanto na Região Centro (19,1%), como em Portugal (20,9%), inflitando a tendência de quebra verificada desde o terceiro trimestre de 2017 e que apenas havia sido interrompida no último trimestre de 2018.

Também os empréstimos concedidos para consumo aumentaram, na Região Centro, 3,4% em termos homólogos reais. Apesar desta evolução regional evidenciar um abrandamento face ao trimestre homólogo e anteriores, posiciona a região acima da média do país e dá continuidade à tendência de crescimento observada há três anos consecutivos. Já o peso do crédito vencido para consumo no total de crédito concedido continuou em queda face ao período homólogo e aos períodos anteriores, fixando-se nos 6,2% na Região Centro e nos 7,1% no país, atingindo-se neste trimestre o valor regional mais baixo da última década.

Por oposição, as importações regionais de bens de consumo sofreram uma quebra homóloga real de 1,7%, contrariando a evolução observada nos três trimestres precedentes e o padrão nacional (que registou um aumento homólogo real de 2,6%).

Quadro 12 – Consumo Privado		2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	2018	2017
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	2,6	6,0	2,6	-3,6	0,9	0,4	2,1
Centro	v. h. real (%)	-1,7	6,9	5,1	1,6	-0,1	1,4	-0,2
Receitas de cinema**								
Portugal	v. h. real (%)	20,9	-17,4	12,3	-0,8	-25,0	-4,6	4,3
Centro	v. h. real (%)	19,1	-24,1	13,7	-6,9	-34,1	-9,7	6,4
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	2,9	3,0	3,0	3,4	4,1	3,6	2,6
Centro	v. h. real (%)	3,4	3,7	3,6	4,7	5,7	4,8	3,7
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	7,1	7,4	7,6	8,6	8,6	8,5	10,8
Centro	%	6,2	6,5	6,6	7,4	7,8	7,6	9,7
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	2,0	2,6	2,5	0,8	0,3	1,4	0,5
Centro	v. h. real (%)	3,1	2,8	2,8	1,9	0,5	2,0	0,9
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	1,1	4,2	4,6	5,4	5,6	4,8	4,6
Centro	v. h. real (%)	0,9	3,5	5,2	4,8	4,9	4,6	3,8
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	9,3	7,2	7,5	7,0	7,3	8,0	9,1
Centro	v. h. real (%)	9,9	8,2	8,8	8,4	7,0	8,6	7,9

\* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2017 são definitivos, os de 2018 provisórios e os de 2019 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

\*\* Os dados de 2019 das receitas de cinema são provisórios.

\*\*\* Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

## PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

**5,5** mil milhões  
de euros

de fundos europeus  
aprovados para a  
Região Centro até 30  
de junho de 2019 e

**25,9%**

dos fundos europeus  
aprovados no  
PORTUGAL 2020  
absorvidos pela  
Região Centro

<sup>20</sup> No final de junho de 2019, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

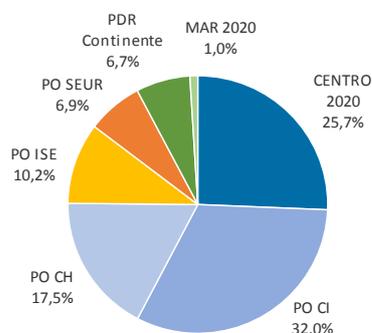
No PORTUGAL 2020, até 30 de junho de 2019, estavam aprovados 5,5 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 8,2 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER como o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados.

No final do segundo trimestre de 2019, encontravam-se aprovados 5,5 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 8,2 mil milhões de euros<sup>20</sup>. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,9% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020.

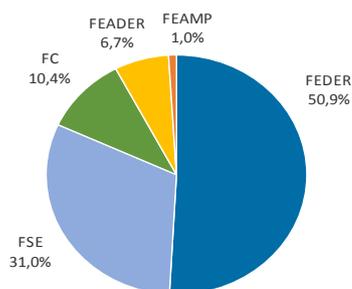
O COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – PO CI) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 32,0% dos apoios captados. Juntamente com o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) mobilizaram para a região 75,2% dos montantes aprovados, correspondendo a 4,1 mil milhões de euros de fundos europeus.

A maioria das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 2,8 mil milhões de euros (50,9%).

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (30 de junho de 2019)  
Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização  
PO CH – Programa Operacional Capital Humano  
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego  
PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos  
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural  
MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional  
FSE – Fundo Social Europeu  
FC – Fundo de Coesão  
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural  
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

### Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até 30 de junho de 2019, estavam aprovados 4,1 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 6,1 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (30 de junho de 2019)	Aprovações		Execução Financeira		
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Taxa de realização de fundo*
	Milhares de euros		Milhares de euros		%
Total - Centro	6.090.820	4.070.939	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	3.044.636	1.753.341	1.052.811	611.386	34,9
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.125.784	956.917	695.312	591.068	61,8
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	649.980	558.737	285.919	247.597	44,3
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	459.945	379.552	166.936	143.052	37,7
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	691.735	369.107	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	118.740	53.285	x	16.746	31,4

x - valor não disponível

\* - fundo executado / fundo aprovado x 100

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até ao final do segundo trimestre de 2019, estavam aprovados 3,0 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo europeu de 1,8 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 611,4 milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 34,9%.

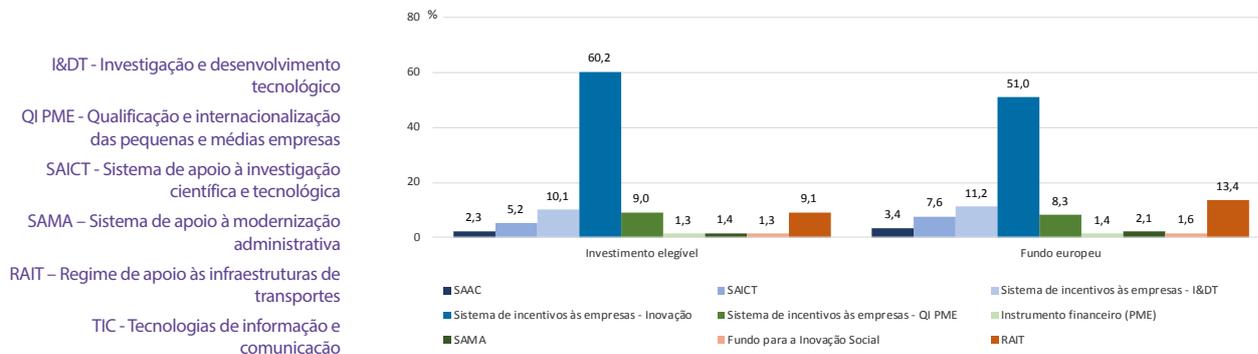
O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados no COMPETE 2020 na região (70,5%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 894,6 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (195,5 e 145,7 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 7,6% do fundo europeu aprovado e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 3,4%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 13,4% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,1 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,6 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,8 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,1% do fundo europeu aprovado, tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com três projetos aprovados que totalizam 4,2 milhões de euros de incentivo aprovado para transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade.

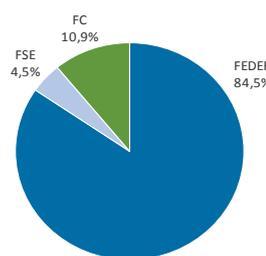
De referir ainda o Fundo para a Inovação Social<sup>21</sup>, com FSE aprovado na Região Centro de 28,0 milhões de euros (1,6%). Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Outro instrumento financeiro com incidência na região é o Fundo de Fundos para a Gestão de Instrumentos Financeiros de Capital e Quase-Capital, instrumento financeiro vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,4%).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2019)



A grande maioria do fundo europeu aprovado do COMPETE 2020 na região teve cofinanciamento FEDER (84,5%), existindo também comparticipações pelo Fundo de Coesão (10,9%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (4,5%). No caso do FSE, trata-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas, integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME, do cofinanciamento de formação integrada em candidaturas ao SAMA e do Fundo para a Inovação Social.

Distribuição do fundo europeu aprovado no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (30 de junho de 2019)



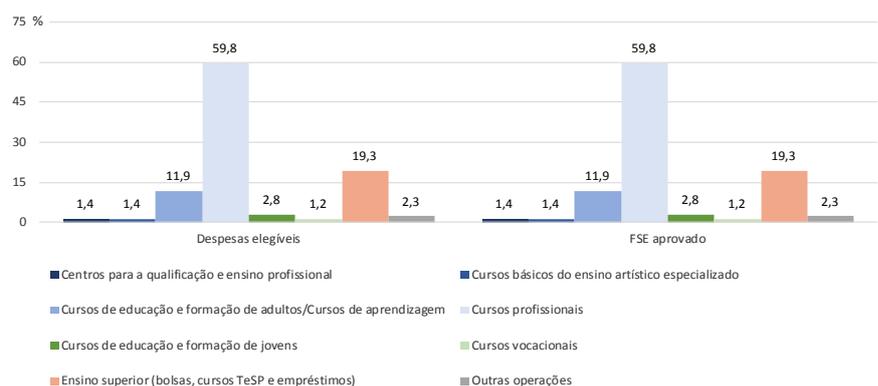
<sup>21</sup> Em termos programáticos tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

No **Programa Operacional Capital Humano (PO CH)**, que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de junho de 2019, na Região Centro, estavam aprovados 957,0 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,1 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 591,1 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 61,8% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais).

Do apoio aprovado, 59,8% destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 572,3 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. Os apoios destinados a reforçar a formação superior e avançada concentravam 19,3% do fundo europeu aprovado, traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados, mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior.

De entre as restantes ações, destacavam-se ainda os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (11,9%), que constituem uma oferta para os adultos que pretendam elevar as suas qualificações.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2019)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final de junho de 2019, estavam aprovados, na Região Centro, 650,0 milhões de euros de despesa elegível e 558,7 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 247,6 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 44,3%.

A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 18,1% do FSE aprovado (101,0 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

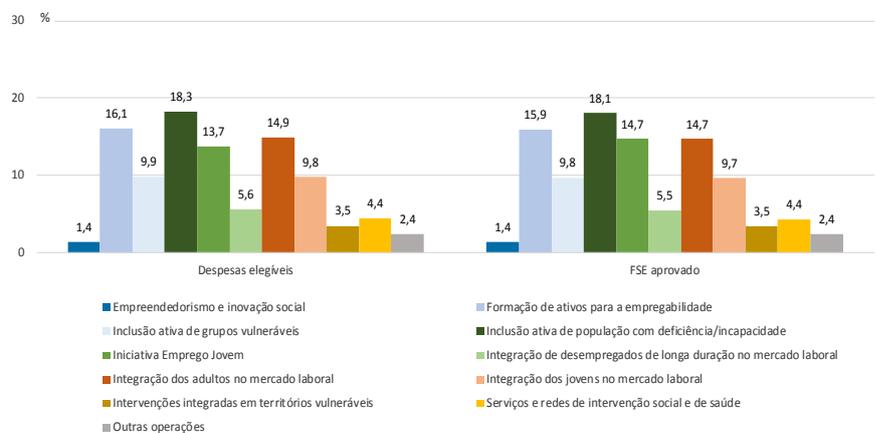
A formação de ativos (empregados e desempregados) para a empregabilidade representava 15,9% do FSE aprovado e a integração de adultos no mercado laboral, que se traduz em estágios e apoios à contratação, atingia os 14,7%.

Outra parte relevante do fundo aprovado (14,7%, correspondendo a 82,2 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo a estágios em empresas e na administração local, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de

comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

De referir ainda a inclusão de grupos vulneráveis, que absorvia 9,8% do FSE aprovado, tratando-se de ações que visam promover a capacitação de grupos potencialmente vulneráveis, apostando fundamentalmente no desenvolvimento de competências de natureza pessoal e social, e o cofinanciamento de ações de integração de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem no mercado de trabalho (9,7%), designadamente estágios e apoios à contratação.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2019)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 30 de junho de 2019, estavam aprovados, na Região Centro, 460,0 milhões de euros de despesa elegível e 379,6 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 37,7%, com o fundo validado a ascender a 143,1 milhões de euros.

Cerca de 37% do fundo europeu aprovado (139,1 milhões de euros) respeitava a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem de águas residuais.

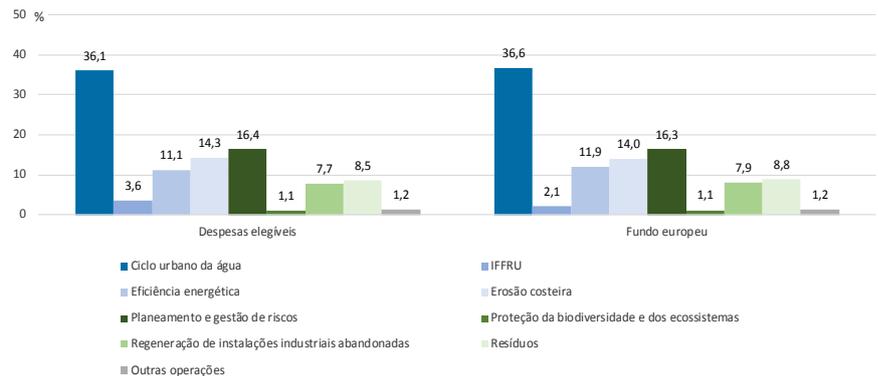
As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos totalizavam 62,0 milhões de euros, representando 16,3% do incentivo aprovado. Tratam-se de abordagens direcionadas para a prevenção de riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,7 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

Os projetos de prevenção da erosão costeira (outro tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 14,0% do fundo aprovado, destacando-se as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (4,3 milhões de euros).

As ações de eficiência energética representavam 11,9% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,1%), transportes (2,0%) e sobretudo infraestruturas públicas (9,9%), destacando-se, pela relevância dos valores, a implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia, como os centros hospitalares Tondela-Viseu, do Médio Tejo, de Coimbra e do Baixo Vouga, os institutos politécnicos de Viseu, de Tomar e da Guarda, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, a unidade local de saúde de Castelo Branco, a universidade da Beira Interior, o centro de medicina de reabilitação Rovisco Pais, o hospital distrital da Figueira da Foz, entre outros.

De destacar ainda os 8,8% de fundo europeu aprovado para valorização de resíduos, onde se evidencia o incentivo de 16,0 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de junho de 2019)



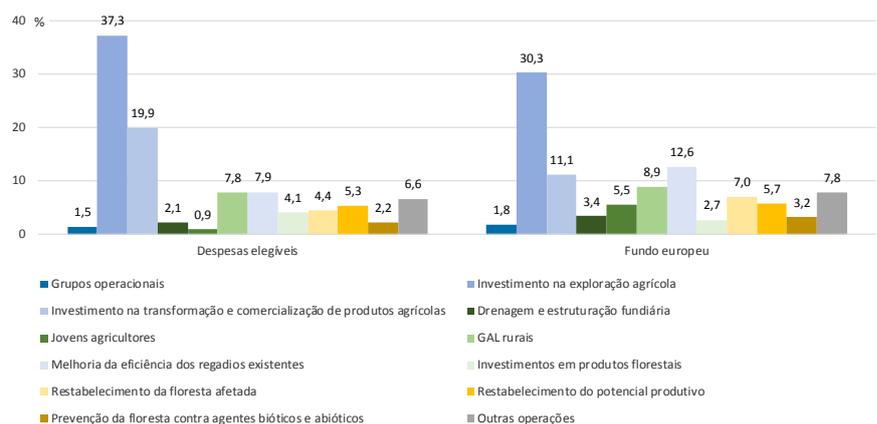
No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 30 de junho de 2019, na Região Centro, estavam aprovados 691,7 milhões de euros de despesa elegível e 369,1 milhões de euros de FEADER.

Para este nível de compromisso, contribuíram fortemente os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 111,7 milhões de euros de FEADER (30,3% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorveram 46,4 milhões de euros de fundo europeu (12,6% do fundo aprovado), destacando-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado) e o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis, no bloco de rega das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (11,1% do fundo aprovado), que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, e a área do desenvolvimento local, responsável por 8,9% do FEADER aprovado, operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 33,0 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área do desenvolvimento local, 18,0 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 15,0 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2019)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de junho de 2019, na Região Centro, tinham sido aprovados 118,7 milhões de euros de despesa elegível e 53,3 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 31,4%, ascendendo o fundo validado a 16,8 milhões de euros.

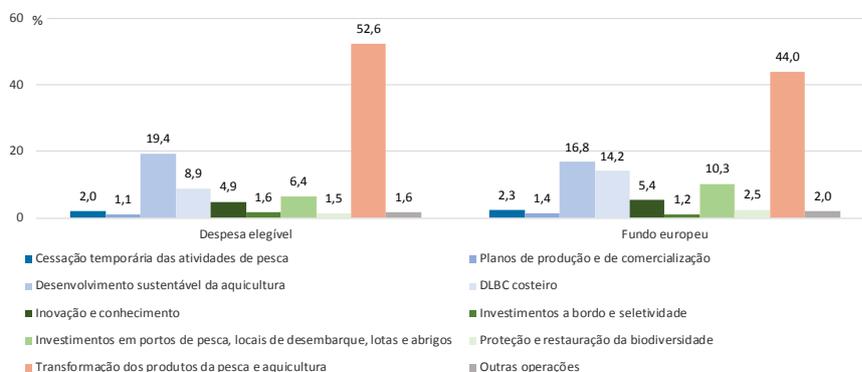
Os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 44,0% do fundo aprovado, correspondendo a 23,4 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma participação financeira de FEAMP que ascenderá aos 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 16,8% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável com um fundo aprovado de 1,0 milhões de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 7,5 milhões de euros (14,2%). Deste montante, 2,2 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 5,3 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos com 10,3% do FEAMP aprovado, onde se evidencia o investimento no prolongamento do quebra mar interior do porto de Peniche com um fundo aprovado de 1,4 milhões de euros.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de junho de 2019)



**CENTRO 2020**

No segundo trimestre de 2019, 92,1% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 291 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 15.891 candidaturas, com intenções de investimento na região de 5,8 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus.

Até 30 de junho de 2019 tinham sido aprovadas 6.319 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento total na região de 2,5 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 1,4 mil milhões de euros de fundos europeus. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 402 mil euros e um apoio europeu de 222 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		junho 2019	março 2019	dezembro 2018	setembro 2018	junho 2018
<b>Concursos</b>						
Total	número	291	285	262	260	250
Fundo comunitário*	milhões €	1.984,1	1.963,6	1.778,0	1.822,1	1.801,3
	% da dotação de fundo	92,1	91,1	82,5	84,5	83,6
Em aberto	número	24	28	21	28	21
Fundo comunitário	milhões €	161,4	202,7	138,4	381,1	367,3
Encerrados	número	267	257	241	232	229
Fundo comunitário	milhões €	1.822,7	1.760,9	1.639,6	1.441,0	1.434,0
<b>Candidaturas apresentadas</b>						
Total	número	15.891	15.634	14.984	14.380	14.121
Investimento total previsto	milhões €	5.829,5	5.649,2	4.936,2	4.592,1	4.530,2
<b>Operações aprovadas</b>						
Total	número	6.319	5.164	4.675	4.422	4.142
Investimento total	milhões €	2.539,7	2.327,0	2.274,6	2.234,0	2.152,7
Investimento elegível	milhões €	2.149,6	1.963,2	1.915,7	1.879,6	1.807,5
Fundo comunitário	milhões €	1.404,7	1.303,2	1.271,1	1.241,1	1.190,0

\* Como resultado do processo de estabilização no Sistema de Monitorização do Portugal 2020, no 4.º trimestre de 2018, foram efetuadas correções aos valores das dotações dos fundos lançados a concurso.

O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 61,0% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 3.543 operações aprovadas (56,1% do total), 1,7 mil milhões de euros de intenções de investimento e 857,5 milhões de euros de incentivos.

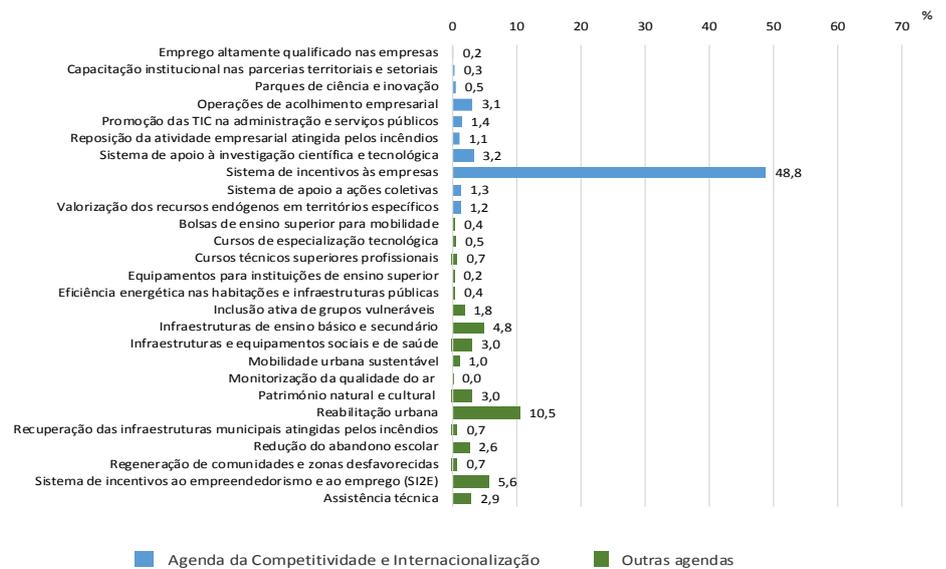
A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 3.159 operações aprovadas e 685,2 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 48,8% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 3,2% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se os projetos de acolhimento empresarial, com 3,1% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas.

De referir ainda neste domínio, pelo seu carater circunstancial, os apoios específicos para os territórios da Região Centro afetados pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017 (designadamente Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã) para restabelecimento da capacidade produtiva das empresas afetadas (1,1% do fundo europeu aprovado, traduzidos em 15,4 milhões de euros).

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2019)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 547,2 milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (10,5%), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (4,8%), ao património natural e cultural (3,0%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (3,0%), à redução do abandono escolar (2,6%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,8%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. Dos 147,2 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020).

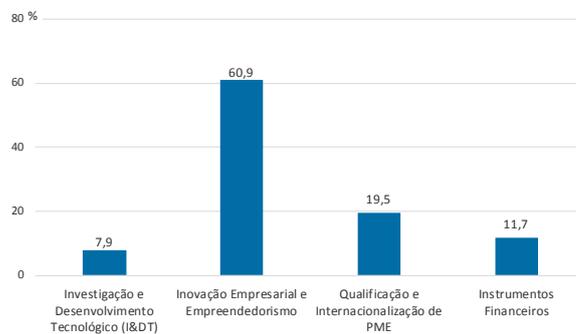
De referir ainda o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até 30 de junho de 2019, estavam aprovados 78,8

milhões euros de fundos europeus (5,6%) correspondendo a 2.085 operações aprovadas neste instrumento e a 172,0 milhões de euros de intenções de investimento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 81,3 milhões de euros (esta dotação será reforçada na sequência da reprogramação do CENTRO 2020).

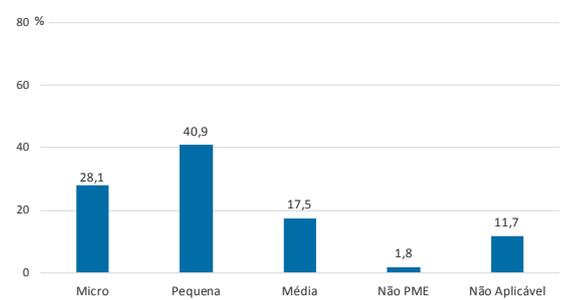
Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 60,9% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (417,2 milhões de euros), enquanto apenas 7,9% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Oitenta milhões de euros (11,7% do fundo aprovado no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas) estavam afetos a instrumentos financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (30 de junho de 2019)

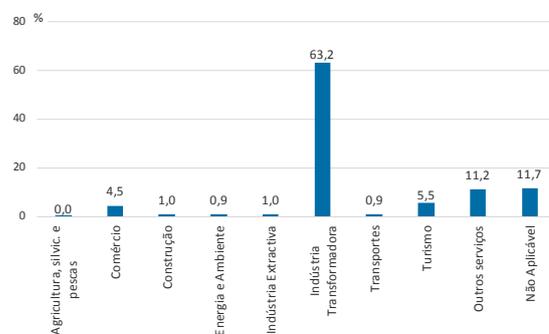
Por tipologia de investimento



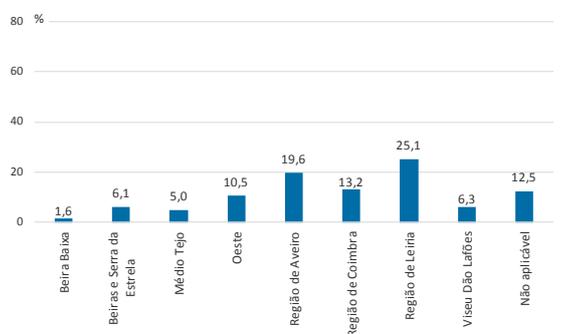
Por dimensão da empresa



Por setor de atividade



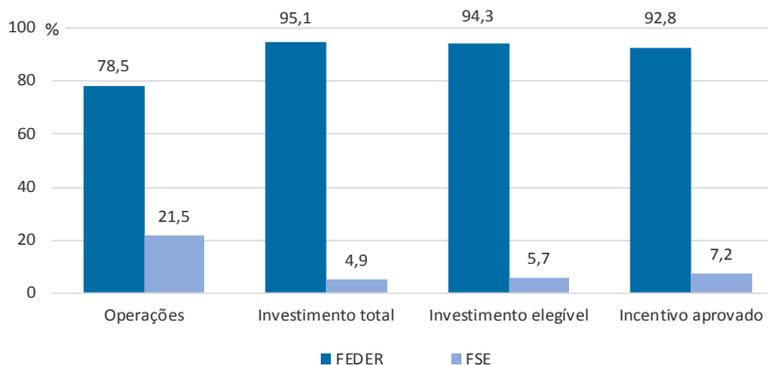
Por Comunidade Intermunicipal (CIM)



Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (40,9%) e micro empresas (28,1%) e à indústria transformadora (63,2%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

A grande maioria das aprovações do CENTRO 2020 teve cofinanciamento FEDER (92,8% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda distante dos montantes programados. Note-se que a estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 79,4% de FEDER e 20,6% de FSE (correspondendo a uma dotação financeira de 1.711,5 milhões de euros de FEDER e 443,5 milhões de euros de FSE<sup>22</sup>). A 30 de junho de 2019, estavam aprovadas 4.958 operações envolvendo uma comparticipação de FEDER de 1,3 mil milhões de euros (76,1% da dotação programada). No caso do FSE, estavam aprovadas 1.361 operações, envolvendo 101,6 milhões de euros de fundo europeu (22,9% da dotação programada).

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (30 de junho de 2019)



<sup>22</sup> A 5 de dezembro de 2018, foi aprovada, pela Comissão Europeia, a reprogramação do PORTUGAL 2020 considerando a adequação à alteração do ciclo económico e o alinhamento com o Plano Nacional de Reformas. Este exercício de reprogramação não alterou a dotação global dos programas operacionais, mas permitiu otimizar os recursos disponíveis e reafectá-los entre prioridades. No que respeita ao CENTRO 2020, esta transferência de verbas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores.

<sup>23</sup> O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (25,1 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) a medidas que visam a redução do abandono escolar (36,3 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária<sup>23</sup>, (ii) a cursos técnicos superiores profissionais (10,2 milhões de euros), (iii) aos incentivos atribuídos no âmbito do SI2E (7,6 milhões de euros), (iv) a cursos de especialização tecnológica (7,4 milhões de euros), (v) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (vi) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (3,9 milhões de euros), (vii) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,8 milhões de euros) e (viii) aos incentivos à contratação de emprego altamente qualificado nas empresas (2,3 milhões de euros).

No final do segundo trimestre de 2019, o programa tinha 65,2% da sua dotação comprometida e estavam validados 497,7 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 23,1%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução aumentou 3,3 p.p., situando-se nos 42,1 p.p.. A taxa de realização do CENTRO 2020 diminuiu para os 35,4%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 535,7 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (107,6%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 38,1%. Contrariamente à tendência dos trimestres anteriores, em que consecutivamente se registava uma diminuição da taxa de reembolso, refletindo a conversão de alguns dos adiantamentos (que permitem aos beneficiários disporem de liquidez para a realização de despesa) em despesa efetiva e validada, neste trimestre, a taxa de reembolso aumentou ligeiramente.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		junho 2019	março 2019	dezembro 2018	setembro 2018	junho 2018
<b>Execução financeira</b>						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	716.289	673.772	612.265	536.267	481.041
Fundos comunitários	milhares €	497.681	467.375	424.332	371.816	334.838
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	535.702	501.224	460.466	407.890	364.690
<b>Indicadores financeiros</b>						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	65,2	60,5	59,0	57,6	55,2
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	23,1	21,7	19,7	17,3	15,5
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	35,4	35,9	33,4	30,0	28,1
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	38,1	38,5	36,2	32,9	30,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	107,6	107,2	108,5	109,7	108,9

### Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

### Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2012)

### Desemprego Registrado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

### Empresas

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

### Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

### Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

### Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

### Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

### Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 13, n.º 14, n.º 15, n.º 16 e n.º 17
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

